



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Aquisição de estação de trabalho de alto desempenho ("workstation").

### 2. Fundamentação da Contratação

A aquisição de uma estação de trabalho de alto desempenho é motivada pela necessidade de prover a Assessoria de Inteligência Artificial (AIA) do TRE-SC com infraestrutura tecnológica adequada para o desenvolvimento e treinamento de modelos de IA, automação de processos e análise de dados. Esta workstation permitirá maior eficiência no processamento de grandes volumes de dados, imprescindível para a execução de atividades que incluem o treinamento de modelos complexos e a criação de soluções preditivas e assistentes virtuais.

Essa atualização é estratégica para o Tribunal, pois garante que as equipes técnicas possam realizar atividades complexas com desempenho e confiabilidade, mitigando problemas de indisponibilidade que podem comprometer a produtividade e a continuidade das operações institucionais. Além disso, a workstation contribuirá para o alcance dos objetivos institucionais, alinhando-se ao Plano Anual de Contratações e à Política de Sustentabilidade do TRE-SC

### 3. Descrição da solução

Item	Descrição	Unidade	Quantidade a ser adquirida
1	<b>Estação de trabalho de alto desempenho (workstation)</b> , conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.	unidade	1 (uma)

#### Item 1 - Estação de trabalho de alto desempenho (workstation)

##### TIPO

- 1.1. Microcomputador de mesa (*desktop*) de alto desempenho (*workstation*), destinado ao uso corporativo/empresarial;

##### PROCESSADOR

- 1.2. Próprio para segmentos Desktop/Workstation, não sendo aceitos processadores para segmentos Laptop/Mobile;
- 1.3. No total, com 16 (dezesesseis) ou mais núcleos de processamento independentes, podendo estar em dois conjuntos de núcleos de tarefas específicas para aumento do desempenho;
- 1.4. Suporte a utilização de sistemas operacionais com arquitetura de 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE 4.2 ou superior;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.5. Suporte nativo a memória tipo SDRAM DDR5 4800MHz;
- 1.6. Pontuação "CPU Mark" de, no mínimo, 40.000 (quarenta mil) pontos segundo os resultados de benchmark publicados em: [www.cpubenchmark.net/cpu\\_list.php](http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php) para o processador cotado;
- 1.7. Além da pontuação mínima exigida no item anterior, o processador ofertado deverá constar da respectiva lista de processadores suportados pelo sistema operacional Microsoft Windows 11, disponível em:
  - Processadores AMD:  
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-amd-processors>
  - Processadores INTEL:  
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-intel-processors>Caso o processador ofertado não conste nas listas de processadores, será aceita comprovação de suporte do referido processador pelo sistema operacional Microsoft Windows 11, mediante apresentação de documento emitido pela Microsoft, atestando a plena compatibilidade entre o processador e o sistema operacional, ou ainda, documento emitido pelo fabricante do computador, declarando a compatibilidade do equipamento com o sistema operacional Microsoft Windows 11;
- 1.8. O processador cotado deve ter data de introdução a partir do ano de 2022, não sendo aceitos processadores lançados em ano anterior, que tenham atingido fase de fim do ciclo de vida ("End-Of-Life") ou cuja produção tenha sido descontinuada pelo fabricante ("Discontinued");
- 1.9. Possuir sistema de dissipação de calor eficiente e corretamente dimensionado para o processador cotado;

### PLACA PRINCIPAL (PLACA-MÃE)

- 1.10. Plenamente compatível com o processador cotado;
- 1.11. Suporte total às características especificadas para processador, memórias, vídeo e dispositivos de armazenamento;
- 1.12. Suporte a tecnologias que implementam extensões de virtualização de entrada/saída (I/O);
- 1.13. No mínimo, 4 (quatro) slots para módulos de memória padrão DDR5 4800 MHz, acessíveis e atualizáveis, e configuração máxima de memória total de até 256 GB (trinta e dois gigabytes);
- 1.14. Suporte a Módulo de Plataforma Confiável (TPM - *Trusted Platform Module*) versão 2.0 ou superior, com implementação discreta, integrada ou de firmware (acompanhado dos respectivos drivers);
- 1.15. No mínimo, 2 (duas) interfaces de vídeo digital padrão DisplayPort, acessíveis na parte traseira do gabinete;
- 1.16. Deve haver um total de, no mínimo, 6 (seis) portas USB externas, sem a utilização de hubs ou adaptadores, sendo, no mínimo, 4 (quatro) portas acessíveis na parte frontal do computador e, no mínimo, 2 (duas) acessíveis na parte traseira do computador;
- 1.17. Controladora de rede Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps com porta tipo RJ45, acessível na parte traseira do gabinete, configurável por software, com suporte a full-duplex,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

autonegociação, função Wake-on-Lan e Plug-and-Play, não sendo aceitas soluções externas;

- 1.18. Controladora de rede wireless, com suporte ao padrão 802.11ac ou superior;
- 1.19. Controladora de som com 1 (um) alto-falante integrado e conectores (ou conector “combo”) para entrada de microfone e saída para alto-falantes na parte frontal do gabinete, não sendo aceita solução USB para interface de áudio;

### UEFI/BIOS

- 1.20. Em memória não volátil e reprogramável, atualizada e atualizável por software, no idioma Português ou Inglês;
- 1.21. Compatível com os padrões ACPI (*Advanced Configuration and Power Management Interface*), UEFI 2.1 ou superior, e Plug-and-Play;
- 1.22. Suporte à inicialização (*boot*) pela rede (PXE) e por USB;
- 1.23. Possuir controle de permissão de acesso à BIOS por senha;
- 1.24. Possuir recurso de diagnóstico de hardware (CPU, Placa-mãe, disco e memória);
- 1.25. Suporte à inserção de código de identificação do equipamento (“*asset tag*”);

### CONTROLADORA GRÁFICA

- 1.26. Controladora offboard com, no mínimo, 20GB (vinte gigabytes) de memória padrão GDDR6, ou superior;
- 1.27. A placa de vídeo deve possuir, no mínimo, 200 Tensor Cores dedicados, que aceleram operações de deep learning.
- 1.28. A placa de vídeo deve ter suporte a CUDA (NVIDIA), versão 8.6 ou superior;
- 1.29. Suporte a resolução gráfica de 3840 x 2160 (“4K”) a 60Hz, ou superior, com suporte a True Color 32 bits;
- 1.30. Compatível com os padrões DirectX 12 e OpenGL 4.5, ou superiores;
- 1.31. Suportar 2 (dois) monitores simultaneamente na resolução de 3840 x 2160 a 60Hz, permitindo estender a área de trabalho;
- 1.32. A controladora de vídeo deve possuir desempenho superior a 20.000 (vinte mil) pontos, medidos pelo indicador G3D Mark([https://www.videocardbenchmark.net/high\\_end\\_gpus.html](https://www.videocardbenchmark.net/high_end_gpus.html));
- 1.33. Possuir sistema de dissipação de calor ativa e eficiente e corretamente dimensionado para o placa de vídeo cotada;
- 1.34. A placa de vídeo deve ter formato PCIe (Peripheral Component Interconnect Express) para instalação em desktops;

### MEMÓRIA RAM

- 1.35. O computador deve ter memória RAM instalada de 128GB (cento e vinte e oito gigabytes), por meio de 2 (dois) ou mais módulos idênticos, desde que em número par de módulos;
- 1.36. Memória padrão SDRAM UDIMM DDR5 4800;

### ARMAZENAMENTO

- 1.37. 2 (duas) unidade de estado sólido (SSD) interna tipo SSD, padrão PCIe NVMe M.2 (não serão aceitas unidades híbridas tipo SSHD);
- 1.38. Capacidade de armazenamento mínima de 1TB (um terabytes) para cada unidade;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.39. MTBF (Tempo Médio entre Falhas) igual ou superior a 1.000.000 de horas;

### GABINETE

- 1.40. Formato “Mid Tower” ou “Tower”, com volume mínimo para suportar os componentes e manter ventilação adequada;
- 1.41. Padrão corporativo, com apresentação discreta na cores preta ou cinza, sem efeitos de iluminação RGB ou transparências;
- 1.42. Estrutura robusta para manuseio e transporte, sem cantos, arestas, superfícies ou bordas cortantes;
- 1.43. Botão liga/desliga e luz de indicação de atividade da unidade de armazenamento e de computador ligado, na parte frontal do gabinete;
- 1.44. Fonte de alimentação automática bivolt (110-220VAC/50-60Hz), com potência adequada para suportar todos os componentes e dispositivos internos, com eficiência energética mínima de 87%, com cabo de força padrão brasileiro NBR 14136;
- 1.45. Slot para dispositivos de segurança física padrão Kensington ou similar;

### TECLADO

- 1.46. Teclado com layout padrão brasileiro ABNT-2, com fio e conector USB;
- 1.47. Deve possuir tecla Windows Logo (menu Iniciar);
- 1.48. Deve possuir LED indicador de tecla “Caps Lock”;
- 1.49. Compatível com sistema operacional Microsoft Windows;
- 1.50. Possuir ajuste de inclinação e teclas resistentes ao desgaste;
- 1.51. Deve ter a mesma cor predominante do gabinete;

### MOUSE

- 1.52. Mouse a laser ou óptico, com fio, ergonômico e ambidestro, com 3 (três) botões (esquerdo, direito e scroll central);
- 1.53. Compatível com sistema operacional Microsoft Windows e Plug-and-Play;
- 1.54. Resolução mínima de 1000 (mil e duzentos) DPI;
- 1.55. Deve ter a mesma cor predominante do gabinete;
- 1.56. Conexão USB, sem uso de adaptadores;
- 1.57. Deve ser fornecido 1 (um) *mouse pad* apropriado para o mouse ofertado, preferencialmente de cores e detalhes discretos;

### SOFTWARES E SISTEMAS

- 1.58. Deve ser fornecida, para cada equipamento entregue, 1 (uma) licença OEM (*Original Equipment Manufacturer*) original e perpétua do sistema operacional *Microsoft Windows 11 Professional 64 bits* Português do Brasil;
- 1.59. A licença fornecida deve incluir todos os recursos do sistema operacional, incluindo o direito de acesso gratuito a atualizações de segurança e correção de *bugs*, não sendo aceitas versões com limitação de recursos ou uso tipo “*Trial*” ou equivalentes;
- 1.60. Todos os dispositivos de *hardware* e seus *drivers* devem ser compatíveis com o sistema operacional *Microsoft Windows 11 Professional 64 bits*;
- 1.61. Caso solicitado pela Contratante, deverá ser disponibilizado ou indicado *website* para *download* gratuito dos *drivers* dos dispositivos do microcomputador ofertado, incluindo eventuais correções, *patches* e atualizações;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### SUSTENTABILIDADE

- 1.62. Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);
- 1.63. Os produtos ofertados devem atender às normas ambientais de sustentabilidade e aos requisitos de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia em conformidade com a Portaria INMETRO nº 170/2012;
- 1.64. Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e armazenagem segura;

### OUTROS REQUISITOS

- 1.65. O equipamento deve possuir todos os cabos e acessórios necessários ao funcionamento;
- 1.66. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, modelos, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho, devendo ser entregues em pleno funcionamento e prontos para a utilização;
- 1.67. Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante, tais como elevação de frequência de *clock* (*overclock*), características de disco ou de memória, bem como uso de drivers ou recursos não recomendados pelo fabricante;
- 1.68. Todos os componentes de software (*drivers*) que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento e de seus componentes deverão ser disponibilizados ou estar disponíveis para download na Internet;
- 1.69. Toda e qualquer licença, se necessário, deve estar registrada para uso pelo TRESC, não sendo admitidas versões "*shareware*", "*trial*" ou equivalentes;

### GARANTIA

- 1.70. Os produtos cotados devem estar cobertos por **garantia de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, com prestação de assistência técnica local ("on site") pela Contratada**, ou por seu agente técnico autorizado, nas dependências da Seção de Gestão de Ativos de TI, na sede do TRE-SC, em Florianópolis-SC, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;
- 1.71. Peças ou dispositivos que apresentarem defeito ou vício no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, que apresentem padrão de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças originais;
- 1.72. A Contratada deverá informar à Contratante os meios e os dados de contato para abertura de chamados técnicos em caso de problemas técnicos encontrados nos equipamentos;
- 1.73. Todo e qualquer custo referente à prestação da garantia e das assistências técnicas, inclusive o transporte dos bens, será de responsabilidade da Contratada, sem custos adicionais para a Contratante.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## INFORMAÇÕES DA PROPOSTA

### 1.74. Deverá ser informada na proposta a marca, modelo e o código:

- do microcomputador;
- do processador;
- da placa-mãe;
- da memória RAM;
- da placa controladora gráfica;
- do teclado; e
- do mouse.

### 1.75. Deverá acompanhar a proposta comercial, catálogos, folhetos técnicos, manuais, sítios da Internet ou documentos comerciais que identifiquem os produtos ofertados e comprovem o atendimento aos requisitos mínimos exigidos para o objeto.

## 3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar consta às fls. do Processo Administrativo Eletrônico n. 32.489/2024.

## 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

## 3.3. Códigos SIASG

Código: 482381- "Microcomputador".

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1. Requisitos de negócio

#### 4.1.1. O computador deve servir para desenvolvimento e treinamento de modelos de inteligência artificial, bem como outras atividades relacionadas, realizadas pela AIA do TRE-SC.

Justificativa: A aquisição de uma workstation dedicada é essencial para atender ao requisito de negócio de desenvolvimento e treinamento de modelos de inteligência artificial, uma vez que esses processos demandam uma capacidade computacional robusta e otimizada. As workstations oferecem alto desempenho em termos de processamento paralelo, memória RAM de grande capacidade, e placas gráficas especializadas (GPUs) que são cruciais para lidar com grandes volumes de dados e executar algoritmos complexos de machine learning e deep learning de maneira eficiente. Essa infraestrutura garantirá não apenas a aceleração no tempo de treinamento dos modelos, mas também a capacidade de trabalhar com conjuntos de dados massivos e realizar experimentos que exigem um poder de processamento significativo, contribuindo diretamente para a inovação e efetividade dos trabalhos da Assessoria.

### 4.2. Requisitos técnicos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**4.2.1. A estação de trabalho (“workstation”) deverá possuir placa de vídeo dedicada (GPU) com, no mínimo, 20 GB (vinte gigabytes) de memória padrão GDDR6 ou superior, além de outras características necessárias à execução das atividades pretendidas pela Assessoria de Inteligência Artificial, de modo a atender o requisito de negócio 3.1.1.**

Justificativa: Em função das atividades desempenhadas por esta justiça especializada, há necessidade de se lidar com grandes volumes de dados e redes neurais complexas que exigem alta capacidade de processamento paralelo. As características solicitadas (GPUs com 20GB GDDR6) otimizarão o treinamento dos modelos de aprendizado de máquina (*machine learning*), permitindo redução de tempo significativo no processamento eficiente de grandes lotes de dados e a execução de modelos complexos em tempo hábil, além de garantir maior largura de banda para transferência de dados e melhor desempenho em tarefas como, por exemplo, aprendizado profundo (*deep learning*) e processamento de imagens e/ou de linguagem natural, garantindo maior eficiência e produtividade no desenvolvimento e otimização dos modelos de soluções de IA.

**4.2.2. A workstation deve possuir, no mínimo, 128 GB (cento e vinte e oito gigabytes) de memória RAM.**

Justificativa: Processos de treinamento e inferência de modelos de IA envolvem grandes volumes de dados e algoritmos complexos, que demandam alta capacidade de memória para armazenar e processar eficientemente esses dados em tempo real. A RAM é crucial para carregar *datasets* (conjuntos de dados) grandes, lidar com operações matemáticas intensivas e suportar frameworks de IA, como TensorFlow e PyTorch, que exigem memória para garantir um desempenho rápido e evitar gargalos no processamento.

**4.2.3. O computador deverá ser compatível e possuir licença do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits, no idioma Português do Brasil (PT-BR).**

Justificativa: Manter a padronização de idioma na plataforma da Justiça Eleitoral, garantir a compatibilidade de aplicações e atender às necessidades do usuário final.

### 4.3. Requisitos de garantia

**4.3.1. O equipamento deve possuir garantia do fabricante mínima de 60 (sessenta) meses, com assistência técnica local (on-site) na Seção de Gestão de Ativos de TI, na sede do TRE-SC.**

Justificativa: Garantir o recebimento de assistência técnica adequada durante o período em operação, maximizando o retorno sobre o investimento; ainda, busca-se mitigar riscos de custos inesperados associados à substituição antecipada, manutenção corretiva ou mão de obra técnica, diminuindo o custo total de propriedade ao longo do tempo. Ainda, sugere-se que os procedimentos de assistência sejam realizados dentro das dependências da Seção de Gestão de Ativos de TI (“on-site”), na sede do TRE/SC, em Florianópolis/SC, visando assegurar maior proteção aos equipamentos e, principalmente, aos dados e informações de usuários e da instituição, armazenados nos equipamentos que eventualmente sejam destinados à manutenção técnica em garantia. Deve ser previsto que, em caso de troca da unidade de armazenamento de





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

dados do computador pela assistência técnica, a peça substituída deverá ficar em posse do TRE-SC, para prevenção de vazamento de dados sensíveis.

### 4.4. Requisitos de sustentabilidade ambiental

#### 4.4.1. O equipamento não deve conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentração acima da recomendada pela diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances).

Justificativa: Garantir a sustentabilidade da contratação, adquirindo equipamentos que não contenham substâncias perigosas à natureza, como Mercúrio, Chumbo, Cromo hexavalente, Cádmio, polibromados e éteres, em concentração superior aos limites recomendados por diretrizes ambientais.

#### 4.4.2. O equipamento deve ser entregue acondicionado em embalagem predominantemente reciclável adequada, com o menor volume possível e máxima proteção no transporte e armazenamento.

Justificativa: Visa a sustentabilidade da contratação.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5.1. Prazos

A contratada deverá entregar a workstation no prazo máximo de **90 (noventa) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC**, sem que isso implique em acréscimo ao valor proposto.

Em caso de constatação de qualquer irregularidade ou defeito no equipamento entregue, a contratada deverá providenciar a substituição ou reparo, às suas expensas, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da notificação formal emitida pelo TRE-SC.

### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

A contratada deverá entregar os produtos na **Seção de Gestão de Ativos de TI**, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas.

### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

### 5.4. Pagamento





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

Os produtos cotados devem estar cobertos por **garantia de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, com prestação de assistência técnica local ("on site")**, pela Contratada ou por seu agente técnico autorizado, nas dependências da Seção de Gestão de Ativos de TI, na sede do TRE-SC, em Florianópolis-SC, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

### 5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

### 5.7. Obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital.

### 5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. Entregar os produtos em até **90 (noventa) dias corridos, após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC, na Seção de Gestão de Ativos de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC**, em dia útil, das 13 às 19 horas, sem que implique acréscimo na proposta;

5.8.3. Entregar produtos novos, sem uso e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho. Serão recusados os produtos que possuam componentes com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;

5.8.4. Substituir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;

5.8.5. **Dar garantia de, no mínimo, 60 (sessenta) meses aos produtos, com prestação de assistência técnica local ("on site")** nas dependências da Seção de Gestão de Ativos de TI, na sede do TRE-SC em Florianópolis-SC, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

5.8.6. Não transferir o objeto a outrem, no todo ou em parte, sem prévia anuência do TRE-SC.

### 5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 5.10. Direitos autorais



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

### **5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução**

Não se aplica a esta contratação.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.1. Gestor de contrato**

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Gestão de Ativos de TI
Fiscal técnico	Assistência IV da Seção de Gestão de Ativos de TI
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

### 6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico (48-3251-3700), e-mail ([csit-segati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-segati@tre-sc.jus.br)) ou pessoalmente, no local da entrega dos produtos (Seção de Gestão de Ativos de TI, Rua Esteves Júnior nº 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC).

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

## 7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

## 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

#### 9.1. Parcelamento e adjudicação

Não é viável economicamente parcelar o objeto da contratação. A adjudicação será por item (único).

#### 9.2. Seleção do fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (regularidade fiscal, social e trabalhista) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

##### 9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica.

Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira.

##### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

##### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão" e do critério de julgamento "Menor Preço".

### 10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quant	Valor unitário	Valor total
1	Estação de trabalho de alto desempenho (workstation)	1	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 42.000,00

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

Plano de Contratações 2024 - Anexo II - Item 39 - "Equipamento para suportar e testar modelos de Inteligência Artificial".



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Não foram identificados conflitos do objeto em relação ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

### 11.3. Outros instrumentos

PDTIC Iniciativa 13 (IN 13) – “Manter parque tecnológico atualizado”.

## 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042	4.4.90.52	R\$ 42.000,00
Total			R\$ 42.000,00

## 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- advertência;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.